

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA – CAP
DO PORTO DE FORTALEZA – 2026**

DATA E HORA: 02/02/2026 às 09h30min

LOCAL: Presencial e por videoconferência, através do sistema *Microsoft Teams*.

CONVIDADOS: **Mário Jorge Cavalcanti Moreira**, Representante da Diretoria Comercial da CDC; **Kléber Correia Lima Filho**, Coordenador de Manutenção Elétrica e Mecânica; **Igor Rodrigues Brasil**, Coordenador de Infraestrutura Civil; **Roni Perez de Melo**, Representante da ANTAQ; **Fernando Gomes de Amorim**, Representante da Marinha do Brasil.

EXPEDIENTE

I. Verificação do quórum e abertura da reunião:

O Presidente do Conselho de Autoridade Portuária iniciou a reunião dando boas-vindas a todos os presentes, declarando instalada a 1ª reunião ordinária do Conselho de Autoridade Portuária em 2026.

II. Aprovação da ata da 8ª reunião ordinária do CAP em 2025:

As Atas foram submetidas à aprovação do plenário pelo Presidente e aprovadas por unanimidade.

III. Leitura e distribuição de documentos recebidos pelo Conselho:

Foi recebido pelo Conselho o Relatório Técnico de Acidente do OGMO, o qual foi apresentado e relatado pelo representante do órgão. Consignou-se que o referido documento será encaminhado por e-mail a todos os Conselheiros para conhecimento.

ORDEM DO DIA

IV. Arrendamentos de áreas no Porto de Fortaleza – Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

a. Terminais MUC59/MUC03/MUC05

b. Terminal de Contêineres

c. Contrato de Passagem do sistema dutoviário do Porto

O Sr. Mário Jorge Cavalcanti, representante da Diretoria Comercial da CDC apresentou atualização acerca da área correspondente ao MUC 59, destinada à triagem. Informou que, até o momento, não há definição quanto à modelagem ou destinação da área. Registrou que foram recebidas algumas manifestações de interesse e realizadas tratativas preliminares, porém sem qualquer formalização de proposta ou encaminhamento administrativo.

Acerca do MUC 03, referente ao projeto da empresa Galvani, envolvendo a área do Armazém A-4 e respectiva retroárea. O representante informou que o EVTEA foi revisado pela interessada, considerando a evolução dos demais projetos portuários, e que o estudo atualizado foi apresentado ao Ministério. Registrou que equipe do Ministério e do LabTrans esteve na Companhia Docas do Ceará, estando prevista nova visita técnica para verificação da área e continuidade das tratativas. Informou que o projeto prevê incremento estimado de aproximadamente 1 milhão de toneladas na movimentação de granéis sólidos minerais, podendo atingir volume total da ordem de 1,2 milhão de toneladas anuais após sua implantação. Foi registrado, ainda, que a licença ambiental do empreendimento possui expectativa de emissão ainda no corrente ano.

Quanto ao MUC 05, o Sr. Mário Jorge apresentou atualização acerca do arrendamento da área, correspondente ao Armazém A-3 e respectiva retroárea. Informou que o EVTEA foi doado pela empresa interessada, Mizu e que equipe do LabTrans, juntamente com representantes do Ministério, esteve na Companhia Docas do Ceará para realização de visitas técnicas e análise da área. Após a consolidação das informações, o estudo foi finalizado e encaminhado ao Ministério para as providências subsequentes. Acrescentou que o projeto prevê a movimentação de granéis sólidos minerais, especialmente clínquer e coque, com estimativa de movimentação anual de aproximadamente 800.000 toneladas.

O Sr. Mário Jorge apresentou atualização acerca do processo de arrendamento definitivo do Terminal de Contêineres. Informou que o processo foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo a Companhia Docas do Ceará, por meio do Ministério competente, apresentado manifestação propondo a revisão dos parâmetros de precificação constantes dos estudos, com o objetivo de adequá-los à realidade do mercado regional do Nordeste. Esclareceu que a proposta da CDC consiste na realização de análise comparativa com terminais da região que possuam características operacionais semelhantes, tais como Suape, Salvador e Pecém, de modo a assegurar maior aderência dos valores à dinâmica regional, evitando-se a utilização de parâmetros incompatíveis com o perfil e a escala de movimentação do Porto de Fortaleza. Registrou que o processo encontra-se atualmente na Infra S.A., para reavaliação técnica dos valores, devendo, após essa etapa, retornar ao TCU para apreciação e eventual liberação para a realização do leilão. O Relator destacou a importância estratégica do arrendamento definitivo, considerando que a atual operação ocorre em caráter transitório, bem como os potenciais impactos na movimentação de cargas, nas receitas da Companhia e na cadeia do trabalho portuário, caso haja demora na conclusão do processo. O Presidente do Conselho consignou a necessidade de intensificação das tratativas institucionais junto ao Ministério, inclusive em nível ministerial, com vistas a conferir maior celeridade ao processo.

O Sr. Allan Coutinho, Conselheiro representante da Transpetro, apresentou atualização acerca do Contrato de Passagem do Sistema Dutoviário do Porto de Fortaleza, informando que foi recebido e-mail da Petrobras comunicando que o status do processo permanece inalterado. Registrou-se, contudo, que a demanda para celebração do referido contrato foi incluída no Plano de Contratações da área LOG/TTA/AL para o exercício de 2026, tendo sido formalizada por meio do ISA nº PBR-

2026-0003360 junto à área responsável pela contratação. Conforme informado, foi estabelecida como data de necessidade para celebração do contrato o dia 02/07/2026.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

V. Movimentação de cargas. Relator: Mário Jorge Cavalcanti Moreira – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Mário Jorge apresentou ao Conselho o panorama da movimentação de cargas do Porto de Fortaleza, com base nos dados constantes do Relatório Gerencial – Dezembro/2025.

Informou que o exercício de 2025 foi encerrado com movimentação total de 4.958.698 toneladas, representando variação positiva de 0,3% em relação a 2024, embora tenha ficado 135.832 toneladas abaixo da meta anual estabelecida.

Quanto ao segmento de Granel Líquido, registrou-se movimentação acumulada de 2.495.860 toneladas, com variação de -1,0% em relação a 2024. Esclareceu que o desempenho esteve alinhado ao comportamento de mercado, sem intercorrências operacionais relevantes.

No Granel Sólido Agrícola, a movimentação foi de 1.060.043 toneladas, com variação de -1,3%, refletindo oscilações naturais de mercado ao longo do exercício.

Relativamente ao Granel Sólido Mineral, a movimentação totalizou 718.749 toneladas, representando crescimento de 14,4% em relação ao exercício anterior, destacando-se como o principal vetor de expansão no período.

No que se refere ao Granel Sólido Total, registrou-se variação positiva de 4,5%, impulsionada pelo desempenho do segmento mineral.

Quanto à Carga Geral, a movimentação total foi de 684.046 toneladas, com variação de -4,9%, influenciada por operações pontuais que não se repetiram com a mesma intensidade em 2025.

No segmento de Contêineres, foram movimentados 100.590 TEUs no acumulado, representando variação de -8,1% em relação a 2024, ficando 9.410 TEUs abaixo da meta anual. O Relator destacou que a redução está relacionada, sobretudo, à dinâmica das linhas de navegação e à disponibilidade de navios, ressaltando que a principal limitação do Porto está associada à escala e ao porte das embarcações atualmente atendidas.

No tocante às perspectivas, registrou-se que a empresa Norcoast realizou testes operacionais, demonstrou interesse em operar no Porto e encontra-se em prospecção de mercado, havendo expectativa de incremento na cabotagem caso as operações sejam consolidadas. O Relator informou, ainda, que a estimativa preliminar da movimentação de janeiro de 2026, com base na programação de navios, indica resultado inferior ao registrado no mesmo mês do exercício anterior, ressaltando, contudo, que a consolidação dos arrendamentos e os investimentos na infraestrutura aquaviária permitirão ao Porto receber embarcações de maior porte, ampliando sua competitividade e potencial de crescimento.

O Conselheiro Paulo Renato consignou que, no segmento de cabotagem, houve concessão de incentivo de 15% na tarifa de operação por parte da Intersindical Portuária do Ceará, medida voltada à redução de custos e ao estímulo da movimentação de contêineres nessa modalidade.

Conselho continuará acompanhando a questão.

VI. Atualização acerca de assuntos gerais. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

a. Segurança no Porto, Sistemas de Acesso

b. Alfandegamento das áreas do Porto

O Sr. Roberto Loureiro, representante da Autoridade Portuária apresentou atualização acerca do sistema de acesso e das medidas de segurança implementadas no Porto de Fortaleza. Informou que o sistema de agendamento de cargas encontra-se em fase experimental de implantação, sendo atualmente utilizado de forma piloto para determinadas operações, com acompanhamento das transportadoras envolvidas. Destacou que, até o momento, não foram registradas ocorrências relevantes, encontrando-se o modelo em fase de consolidação, com previsão de apresentação, na próxima reunião, de relatório contendo análise das inconsistências identificadas e dos resultados obtidos.

No tocante à segurança e ao sistema de monitoramento, registrou-se a substituição e ampliação do parque de câmeras, com implantação de novo sistema de CFTV, visando ao reforço do controle e da vigilância das áreas operacionais.

Quanto ao alfandegamento, informou que a situação encontra-se regular, sem demandas pendentes relevantes. Esclareceu que há dois processos administrativos em curso: o primeiro referente à inclusão de pequena área acrescida nas proximidades do acesso ao Terminal de Passageiros; e o segundo relacionado à alteração da área alfandegada correspondente ao Terminal de Passageiros, cuja responsabilidade pelo procedimento compete ao respectivo arrendatário, cabendo posteriormente a comunicação formal do desalfandegamento e novo alfandegamento à Autoridade Portuária.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VII. Apoio Logístico a caminhoneiros e usuários. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Roberto Loureiro apresentou atualização acerca das ações voltadas ao apoio logístico a caminhoneiros e usuários, destacando que estão em andamento dois eixos principais de trabalho, considerando a expectativa de crescimento da movimentação rodoviária no Porto de Fortaleza.

O primeiro refere-se à implantação do sistema de agendamento de cargas, integrado ao sistema de acesso já apresentado em item anterior da pauta, com o objetivo de organizar o fluxo de entrada e saída de veículos, conferir maior previsibilidade às operações e reduzir impactos no entorno portuário.

O segundo eixo contempla a implementação de pré-gates em áreas externas ao Porto. Informou que os projetos encontram-se em fase de credenciamento e adequação das áreas. Destacou que o pré-gate situado no Posto São Cristóvão, na BR-116, deverá ser o primeiro a entrar em operação, em razão de já dispor de infraestrutura adequada para atendimento aos caminhoneiros, incluindo área de estacionamento, instalações sanitárias, restaurante e demais estruturas de apoio, estando pendentes apenas ajustes finais para início das atividades. Registrou que a expectativa é de que, concluídas as adequações em curso, o sistema possa começar a ser implementado no prazo estimado de aproximadamente 120 dias.

O Conselho continuará acompanhando a questão.

VIII. Projeto de Sinalização Náutica. Relator: Francisco Roberto Loureiro – Representante da Autoridade Portuária.

O Sr. Roberto Loureiro apresentou ao Conselho o Projeto de Sinalização Náutica do Porto de Mucuripe, destacando tratar-se de iniciativa estratégica voltada à modernização da infraestrutura aquaviária, com foco na ampliação da segurança da navegação, na eficiência operacional e no fortalecimento da competitividade do Porto de Fortaleza.

Esclareceu que o projeto tem como base técnica a Campanha Hidrográfica 2025, com levantamentos batimétricos multifeixe Categoria A, devidamente validados e homologados pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), bem como simulações de manobras realizadas no Tanque de Provas Numérico da Universidade de São Paulo (TPN/USP), que confirmaram a viabilidade operacional para navios de grande porte. Informou que a proposta contempla a otimização do atual Canal Norte-Sul, mediante redefinição do balizamento e ampliação da largura útil, além da implantação de novo Canal de Acesso Oeste, validado por simulações para embarcações de até 300 metros de comprimento, tendo como diretriz estratégica a futura adequação para navios de até 366 metros de LOA. Registrou que estão previstas alterações no balizamento, com remanejamento e implantação de novos sinais náuticos, em conformidade com os padrões da IALA e com as normas da Autoridade Marítima Brasileira (NORMAM-303 e NORMAM-601). Informou, ainda, que o projeto encontra-se em tramitação junto às instâncias competentes da Marinha do Brasil, tendo recebido contribuições técnicas da Capitania dos Portos e da praticagem.

O Presidente do Conselho, Sr. Daniel Aldigueri, indagou acerca do prazo estimado para que o novo arranjo de sinalização e o Canal de Acesso Oeste estejam efetivamente operacionais, possibilitando a utilização plena dos dois vetores de acesso ao Porto. Em resposta, o Sr. Roberto Loureiro esclareceu que, considerando o estágio atual da análise técnica e as manifestações já realizadas pelos órgãos envolvidos, trabalha-se com estimativa preliminar de até aproximadamente 90 dias para conclusão da fase de aprovação, ressaltando tratar-se de projeção sujeita aos trâmites formais da Autoridade Marítima. Destacou que a implantação física dos novos auxílios à navegação somente poderá ocorrer após a homologação definitiva, ressaltando que a ampliação das condições de navegabilidade representa incremento relevante na capacidade de carga por embarcação, com impactos operacionais e econômicos positivos para o Porto.

IX. Atualização sobre ações para melhoria da infraestrutura portuária do Porto de Fortaleza. Relator: Urbano Costa Lima Filho – Representante da Autoridade Portuária.

- a. Execução dos serviços de batimetria**
- b. Defensas**
- c. Pavimentação e recuperação do Cais Comercial**
- d. Píer Petroleiro**

O Sr. Roberto Loureiro, Conselheiro representante da Companhia Docas do Ceará, apresentou atualização acerca da execução dos serviços de batimetria, registrando avanços recentes na área de navegabilidade do Porto de Fortaleza.

Informou que o Porto já dispõe de batimetria devidamente homologada pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), classificada como Classe Alfa, regularmente registrada junto à Autoridade Marítima, tratando-se da batimetria homologada mais recente no país. Esclareceu que foram concluídos os projetos maregráficos e os estudos de geodinâmica, os quais subsidiaram as atualizações técnicas relacionadas às condições de acesso e à sinalização náutica. Registrou, ainda, que foi realizada simulação técnica na Universidade de São Paulo (USP), com a participação da Capitania dos Portos, da praticagem e da Autoridade Portuária, contemplando manobras com diferentes tipos de embarcações, inclusive navios de até 366 metros de comprimento.

Os Conselheiros sugeriram que, com a homologação definitiva e a consolidação dos estudos técnicos, o item encontra-se superado no que se refere à execução dos serviços, sugerindo sua retirada das próximas pautas do Conselho.

O Sr. Kléber Filho, coordenador de Manutenção Elétrica e Mecânica da CDC apresentou informações acerca da manutenção das defensas e substituição dos elastômeros. Informou que está sendo estruturada logística para montagem e substituição dos componentes, encontrando-se atualmente operacional o Berço 201, com programação de intervenção no Berço 202. Esclareceu que o tempo médio estimado para montagem e manutenção é de aproximadamente oito dias. Os Conselheiros discutiram o prazo estimado para execução dos serviços, manifestando preocupação quanto aos possíveis impactos operacionais durante o período de intervenção, especialmente no que se refere à continuidade das operações, riscos de desabastecimento e eventuais custos adicionais aos operadores.

O Presidente do colegiado sugeriu buscar apoio junto à Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (ABEAM), visando mitigar impactos e avaliar alternativas técnicas que reduzam o tempo de indisponibilidade dos berços.

Ficou consignado ainda que a Administração deverá avaliar alternativas técnicas e operacionais para redução do prazo de indisponibilidade, a fim de mitigar impactos ao tráfego portuário.

Referente a pavimentação e recuperação do cais comercial, o Sr. Igor Brasil, Coordenador de Infraestrutura Civil da Companhia Docas do Ceará, informou que os Berços 102 e 105 encontram-se contemplados no contrato de manutenção vigente, estando em andamento a contratação de projeto específico para recuperação estrutural das áreas pavimentadas.

Sobre o Píer Petroleiro, o Sr. Igor Brasil Coordenador de Infraestrutura Civil, apresentou atualização acerca da situação estrutural e jurídica do píer, informando que o processo judicial em trâmite no Superior Tribunal de Justiça (STJ) poderá resultar no retorno à fase de habilitação, o que pode impactar diretamente a regularização contratual das intervenções necessárias.

Esclareceu que, diante do cenário apresentado, foi providenciada a contratação de terceiro calculista, Sr. Luciano Pamplona, para análise técnica complementar das condições estruturais e validação dos parâmetros de engenharia já levantados, com vistas a subsidiar eventual tomada de decisão administrativa. Durante a discussão, destacou-se que a situação atual impõe restrições operacionais e pode comprometer a plena utilização da estrutura, especialmente em razão das limitações de acesso e das condicionantes técnicas existentes.

O representante da ANTAQ, Sr. Roni Melo, manifestou-se quanto às restrições de acesso decorrentes da instrução processual da Agência, esclarecendo que as medidas adotadas possuem fundamento regulatório e devem ser observadas enquanto perdurar o contexto processual.

Os Conselheiros manifestaram preocupação quanto aos riscos à continuidade das operações e aos impactos institucionais e econômicos decorrentes de eventual agravamento da situação, especialmente no que se refere à segurança estrutural, à previsibilidade operacional e à imagem da Autoridade Portuária.

Diante desse contexto, o Presidente do Conselho recomendou que a Administração avalie a preparação de contratação emergencial com vistas à solução dos problemas estruturais identificados no Píer Petrolero, ressaltando a necessidade de adoção de medidas tempestivas para mitigação de riscos, restabelecimento das operações e garantia da estabilidade e segurança das atividades portuárias. Destacou que eventual contratação deverá considerar os subsídios técnicos já existentes, de forma a assegurar a preservação da segurança das operações e a continuidade do serviço público portuário, especialmente caso se verifique risco concreto à segurança estrutural ou à continuidade das operações portuárias.

Ficou registrado que o Conselho acompanhará a evolução do cenário jurídico e técnico, reconhecendo a relevância e a urgência do tema.

O Sr. Daniel Aldigueri, Presidente do Conselho solicitou esclarecimentos quanto ao acesso ao Terminal de Passageiros. Em resposta, o Sr. Igor Brasil, Coordenador de Infraestrutura Civil, informou que, após a rescisão contratual com a empresa inicialmente responsável, foi realizada contratação emergencial de nova empresa, encontrando-se os serviços em fase final de execução. Esclareceu que houve realocação do muro e reorganização da área, com substituição da antiga cerca por muro estruturado em alvenaria, com aproximadamente três metros de altura e dispositivos de segurança, resultando em melhoria significativa das condições de controle e proteção patrimonial. Indicou previsão de conclusão em aproximadamente duas semanas, estimando-se, por cautela, prazo de até um mês para total finalização dos serviços.

O Conselho continuará acompanhando as questões.

ASSUNTOS GERAIS:

O Conselheiro Paulo Renato, representante dos trabalhadores, manifestou preocupação quanto à segurança das operações portuárias, especialmente diante de situações recentes que, embora não tenham resultado em acidente grave, evidenciaram risco potencial durante atividades operacionais. Nesse contexto, apresentou proposta de criação de uma Comissão Preventiva de Acidentes no âmbito do Porto de Fortaleza, com a participação da Companhia Docas do Ceará, Capitania dos Portos, ANTAQ, DRT, OGMO, sindicatos e demais atores envolvidos nas operações portuárias, com o objetivo de fortalecer as ações preventivas, aprimorar protocolos de segurança e evitar a ocorrência de acidentes, sobretudo aqueles que possam comprometer a integridade dos trabalhadores. Ressaltou que a iniciativa já foi objeto de diálogo preliminar com representantes institucionais, havendo manifestação favorável quanto à importância do tema, destacando-se o compromisso do setor laboral com a promoção de ambiente operacional seguro.

O Sr. Roberto Loureiro, também representante do OGMO, informou que foi elaborado Relatório Técnico de Acidente referente à ocorrência recente, o qual será digitalizado e encaminhado por e-mail aos Conselheiros para conhecimento.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

Porto de Fortaleza

O Conselho registrou a proposta apresentada e reconheceu a relevância do tema, ficando a matéria registrada para avaliação e eventuais encaminhamentos futuros.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:

Ao final dos debates, registraram-se manifestações de agradecimento dos conselheiros e convidados e constatada a inexistência de qualquer outro assunto a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente Ata a que se refere esta Reunião do Conselho de Autoridade Portuária que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes e pela secretária.

Fortaleza, 02 de fevereiro de 2026.

DANIEL RODRIGUES ALDIGUERI
Presidente do CAP

FRANCISCO ROBERTO LOUREIRO ARAÚJO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO LIMA DOHNERT
Conselheiro

ALLAN COUTINHO PEREIRA
Conselheiro – Suplente

PAULO RENATO DA SILVA RÉGIS
Conselheiro

IVALONY MACIEL MANGUEIRA
Conselheiro – Suplente

FRANCISCO LÚCIO BATISTA NUNES
Conselheiro – Suplente

VERIDIANE MAIA
Secretária